

AÇÃO E PAIXÃO POLÍTICA: A DIMENSÃO AFETIVA DA LUTA PELA ANISTIA (1975-80)*

Andressa Maria Villar Ramos**

O desafio a que me proponho nesta pesquisa é o de documentar como os atores sociais que inauguraram a luta pela anistia no Brasil, entre 1975 e 1980, vivenciaram este processo de combate contra a ditadura. Entendemos que manifestações de raiva, revolta, desprezo, paixão, desejo, são fortes indicadores do tipo de relação que se estabeleceu entre o nosso objeto e o poder instituído contra o qual lutaram.

Exploraremos três principais tensões: as relações entre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros de Anistia (CBA); as relações entre os indivíduos, em cada grupo específico, que reocuparam o espaço público e compartilharam nele suas afetividades; e, por último, as formas de negociação entre os grupos que batalharam pela anistia e o governo ditatorial, suas práticas políticas.

A dimensão afetiva do movimento pela anistia e mesmo dos seus simpatizantes foi expressa de diversas formas. O Brasil vivia uma ditadura militar, e não eram permitidas manifestações contra o governo, o que fez com que os espaços públicos fossem esvaziados e que o debate político oposicionista à busca opções políticas, sociais e econômicas diferentes das que estavam em vigor fosse praticamente calado. O movimento pela anistia foi retomando estes espaços públicos e promovendo debates visando a estabelecer um Estado democrático, que suprimisse o aparelho repressivo e todas as restrições impostas pela ditadura.

Considerações sobre a esfera pública foram feitas por Juergen Habermas¹ que, analisando o pensamento de Hannah Arendt, procurou estabelecer princípios para o seu funcionamento. Para Habermas,² o funcionamento da esfera pública depende da criação de procedimentos que possibilitem a participação do maior número de interessados no debate das questões públicas e o exercício da argumentação, de forma a garantir que o consenso seja construído a partir de bases racionais. Hannah Arendt³ afirma que o poder não é

apenas a capacidade de dispor da vontade dos governados, ainda que esta tenha sido a experiência concreta nas organizações políticas do ponto de vista histórico. Na visão de Arendt, o poder só é legítimo se resulta de um consenso, e não da violência. A partir desta noção de poder, a autora tenta resgatar o político como o elemento central da condição humana e como pressuposto da liberdade.

Para qualificar o poder como um produto do consenso, Arendt considera a ação (práxis) e o discurso (lexis) atividades políticas da mesma espécie, demonstrando que a ação política deriva do uso das palavras. Na sua visão, a coerção e a violência não constituem manifestações de poder, mas atitudes de um Estado pré-político em que as diferenças não são solucionadas através do diálogo.

O consenso ao qual se refere Arendt resulta de uma ação humana solidária que ocorre no espaço público, no qual a identidade individual e dos grupos é assegurada; um ambiente que, portanto, possibilita aos indivíduos compartilharem suas subjetividades. Esta é a esfera pública: um espaço de livre manifestação de idéias, em que as pessoas se encontram, são vistas e ouvidas, ou seja, um espaço que não se remete a um domínio privado (vida particular, privada), mas público (vida coletiva, social, de intercâmbio).

Assim, a noção arendtiana de política tem como base o poder como consenso e está intimamente relacionada ao seu conceito de esfera pública: um espaço no qual os participantes resgatam a ação política, procuram construir algo que também contemple as futuras gerações e buscam garantir a pluralidade, além de um denominador comum.

É essa ação política, com um fim específico e que busca retomar o espaço público do debate e a visibilidade que percebemos no movimento pela anistia.

A primeira ação do CBA de São Paulo se deu por causa da prisão dos militantes da Convergência Socialista. Fomos para o pátio da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na mesa, estávamos eu e a Veroca Paiva, filha do Rubens Paiva, o Marcelo Barbieri (...) e o Arnaldo Jardim (...). Estávamos ali dirigindo o ato com um bruto medo, quando tivemos a informação de que a Faculdade estava cercada pela tropa de choque. Pedi calma. A Veroca ficou tomando conta do ato e eu fui com mais algumas pessoas *falar com* o coronel Braga, que era comandante da PM e que avisou: “Vai tudo em cana!”. E explicou: “Isso aqui é o resto de comunista que tem em São Paulo”. *Argumentamos* que era um ato pela anistia. Mas ele disse: “– Que anistia? É tudo subversivo”. Acabamos fazendo uma *negociação*: terminaríamos o ato e todo mundo sairia com a mão na cabeça, mas ninguém seria preso (...). O segundo passo foi um ato aberto que fizemos do lado externo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Se tivesse polícia, a gente entraria correndo. Depois, uma terceira ousadia: nossa primeira passeata, do Largo São Francisco até a Praça da Sé, em 1977. As pessoas começaram a jogar papel picado. A Sé estava proibida desde maio de 1970 (...), fizemos um pequeno comício e ninguém foi preso.⁴

Ao mesmo tempo em que negociavam e buscavam um diálogo com a ditadura, porém, os CBA se afirmavam, criando novas normas de discussão. Rompiam com uma política que estava no poder e inauguravam argumentos que não faziam parte da discussão. É a idéia da política pela lógica do dissenso de Jacques Rancière.⁵ No texto *O desentendimento*, o autor interpreta o funcionamento da comunicação política. Sua teoria é um contraponto às teorias do consenso, como a de Habermas, para quem a razão teria uma natureza comunicativa cuja finalidade seria um acordo – consenso – dos interesses em processo na sociedade. Rancière entende a política como o palco no qual “sujeitos em dissenso” – que podem ser os excluídos do consenso – elaborariam estratégias para a realização de interesses variados ou discordantes. A idéia de desentendimento, portanto, recusa o modelo idealizado de uma comunidade voltada para o consenso.

Rancière define a política como o surgimento de um elemento que até então não fazia parte do conjunto daqueles que confrontavam seus interesses dentro de uma ordem consensual. Diz o autor: “A atividade política é a que desloca um corpo do lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho”.⁶

A luta pela anistia inaugurou uma nova fala nessa política institucionalizada. Foi um novo discurso. Mas, e quando os discursos passavam a ser dissonantes mesmo dos opositores? Pensamos em duas situações vivenciadas durante a campanha pela anistia. Uma foi o discurso que não foi incorporado por nenhum dos grupos que lutaram de forma oficializada pela anistia, pessoas que não aderiram à batalha por não concordarem com a sua direção. Falando de sua atuação, Maria Amélia de Almeida Teles nos conta que:

Eu discutia com os presos políticos, onde havia um setor significativo que era contrário a esta bandeira. Não aceitavam a Anistia mesmo sendo qualificada como ampla, geral e irrestrita. Eles achavam que a Anistia era pedir perdão e eles não aceitavam a idéia. Afinal, eles não tinham cometido crimes. Era o Estado que havia cometido crime contra o povo brasileiro. Eu argumentava que a Anistia significava um passo fundamental para a democracia. Assim poderíamos conquistar liberdades políticas etc. Mas minha conversa não entusiasmava muito esses presos. Minhas idéias eram muito conciliadoras.⁷

É uma parcela de excluídos ou auto-excluídos dentro dos sem-parcela. E o barulho, aqui, nem sempre passará disso, já que a documentação sobre estas pessoas é muito escassa, e nos arquivos pesquisados, além de poucas declarações como esta, da Maria Amélia A. Teles, nada foi encontrado, até o momento. Mas sabemos da sua existência e continuaremos à busca da voz destes atores sociais.

O segundo segmento ao qual me referi é o de uma fala que foi uníssona à da ditadura e que passou a rejeitá-la e a participar com grande influência da luta pela anistia. Lembro,

aqui, da conversão do senador Teotônio Vilela. Ele tinha sido designado pelo governo para defender seu projeto de anistia na Comissão Mista e, realmente, no início, não concordava com uma anistia ampla, geral e irrestrita, porque “Anistia é via de mão dupla, e eu não vou defender anistia para terrorista”,⁸ mas acabou apoiando o projeto da oposição. Luís Eduardo Greenhalgh nos conta:

Quando a gente foi falar com ele, nas primeiras vezes, ele dizia que a anistia ampla, geral e irrestrita era impossível, que tinha que ir passo a passo redemocratizando o Brasil, e que ele próprio não aceitava a anistia para os crimes de sangue. E nós falamos: Senador, o senhor é o presidente desta Comissão, é tarefa sua visitar os presos políticos, os comitês de anistia vão estabelecer, se o senhor quiser, essas visitas. E ele quis. E a primeira visita que ele fez foi (...) no presídio Barro Branco, em São Paulo, para ver os presos políticos. Quando ele saiu de lá de dentro, uma jornalista da Rede Globo, Marilena Chiarelli, perguntou a ele: “Como foi a sua visita Senador, aos terroristas?”. E ele respondeu: “Não encontrei nenhum terrorista aí dentro, encontrei jovens idealistas que arriscaram sua vida para o bem do Brasil”, e a mulher pegou o microfone, parou, voltou e fez uma segunda pergunta a ele: “Senador, o senhor os convidaria, essas pessoas, para se hospedarem na sua casa?”. E ele disse: “Convidaria a todos e a cada um para se hospedar em minha casa, convite que não faço a muitos dos ministros do atual governo”.⁹

É o dissenso dentro da política instituída. A voz deste senador dentro do governo, que lutou pela anistia ao lado dos grupos de oposição, foi uma conquista para esta luta, ainda que tenha acontecido apenas em 1979.

O movimento foi tomando, aos poucos, o espaço da praça pública, ganhando apoio da sociedade que assistiu a esta movimentação, mas desagradando ao governo militar. Percebemos que houve negociação e argumentação na busca por este espaço. O movimento pela anistia buscou retomar a praça pública através do diálogo, mesmo que não fosse completamente ouvido pela ditadura. A busca por uma negociação retirou o movimento da esfera que os trataria como “agitadores”. Há uma disposição, e uma ação, que retoma a cena pública, e manifesta-se através do apelo racional.

Da mesma maneira, o MFPA agia dentro do espaço da política e participava de encontros, reuniões, palestras – muitas vezes, nas próprias instituições colaboradoras da ditadura, como vemos nesse documento:

Anistia vem do grego *Amnistya*, quer dizer esquecimento. É o processo de se passar uma esponja e apagar o passado.

Os gregos, na sua sabedoria, sabiam muito bem que passadas as divergências entre irmãos se fazia imperiosa a anistia, pois a Pátria é indivisível, e nosso trabalho é para a união nacional. O universo da anistia é jurídico, mas a sua consecução é através do político. E a tática obrigatoriamente é política e a arma legítima é a pressão.

Nós vivemos num país dividido econômica, política e socialmente. A união da Nação se faz imperiosa e a anistia é o primeiro passo. (...) Hoje, falar de anistia se fala de camarote, mas o começo foi muito duro, pois tínhamos que conquistar o espaço político. Espaço político em uma ditadura ninguém tem – se conquista.¹⁰

A fala de Therezinha Zerbini nos revela muitas características sobre o seu grupo. Ainda que, no início, houvesse uma tentativa de agrupar mais setores no MFPA,¹¹ em 1979, a fala oficial e aceita deste grupo era a de suas líderes, entre elas, Therezinha Zerbini, advogada, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini, cassado pela ditadura. Uma das principais diferenças entre o MFPA e o CBA foi quanto às pessoas que cometeram os chamados “crimes de sangue”. Os CBA entendiam que a anistia devia alcançá-los, enquanto o MFPA não apoiou esse alcance no início de sua formação e só em 1978 aderiu à bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. Na sua formação, o que vemos nas fontes é que defenderam uma anistia ampla e geral. Qual a diferença? Anistia ampla porque sua vastidão beneficiaria todos os envolvidos num determinado episódio; já a limitada abrangeria apenas alguns envolvidos em tal acontecimento. Geral porque deveria alcançar os punidos por envolvimento em todos os episódios ocorridos num determinado período histórico, enquanto a parcial envolveria apenas alguns fatos. E, finalmente, quanto às suas conseqüências, os grupos que lutaram pela anistia buscavam-na irrestrita, que não impõe condições ou limites à concessão dos benefícios (há limites para os efeitos da restrita). Assim, o MFPA nasceu excluindo o que a lei também deixou de fora: os condenados por crime de “terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Só três anos mais tarde os incorporou à sua peleja.

No começo da citação, vimos a noção de anistia como esquecimento. Esse foi o grupo que entendeu que era necessário “passar uma esponja e apagar o passado”. O discurso oficial do CBA não entendia assim a anistia, e o porque desta diferença nos leva a várias questões, entre elas, a própria da memória. Para Susan Sontag, no seu livro *Diante da dor dos outros*, “Para reconciliar-se é necessário que a memória seja imperfeita e limitada”.¹² Diferença que sugere um importante debate sobre a memória desses atores sociais, mas sobre o que ainda há muito a ser explorado.

O MFPA colocou a luta pela anistia no “universo jurídico” e político. As formas de ação deste movimento aconteceram, como Zerbini nos fala em seu texto, “através de pressão”. Esta pressão foi exercida através de artigos em diversos jornais entre 1975 e 1979.¹³ São discursos, palestras, cartas e conferências buscando voz dentro da ditadura, por meios legais.

Os CBA e o MFPA agiram dentro do que podemos chamar de legalidade. Primeiramente, com o MFPA, a questão da anistia alcançou significativa repercussão. Além de ter sido um movimento feminino,¹⁴ foi a primeira forma organizada de luta pela anistia e

pretendia a “pacificação da família brasileira, que seria indispensável preliminar à recomposição do pacto social”.¹⁵ Aproveitando a proclamação, pela ONU, de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, cujas palavras de ordem eram “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, Therezinha nos contou que a bandeira da anistia foi levantada junto com a da paz – “Afinal, quem seria contra a paz?”.¹⁶

Os CBA não eram formados apenas por pessoas, mas por entidades representativas,¹⁷ e trouxeram seus fundamentos expressos numa Carta de Princípios e num Programa Mínimo de Ação. Entre os objetivos a serem seguidos: “liberdade de palavra, de expressão, de manifestação”, “urgente necessidade da mais ampla liberdade (...) de imprensa escrita, falada e televisada, de expressão teatral e artística, de manifestação de pensamento”, “liberdade de associação e reunião, autonomia sindical, direito de greve; e liberdade de atuação política e organização partidária”.

Foi o órgão que mais organizou passeatas, caminhadas, atos públicos e assembleias, contando com considerável participação da sociedade civil. Tentou agrupar a maioria das correntes que batalhavam pela anistia: as esquerdas, os liberais e as igrejas. Essa tentativa de aglutinação dos CBA nos sugere que a luta pela anistia teve a característica de ser plural, de transitar em vários ambientes. Sempre existiu a possibilidade de reunir líderes partidários, de movimentos sociais, sindicais e outros, igrejas, entidades as mais diferentes. Esta diversidade de personagens só havia se encontrado, até então, na campanha pela anistia. Ainda que fosse uma luta por liberdade e justiça, principalmente – explicitada nos objetivos da Carta de Princípios –, sua prática nos mostrou que foi, também, uma busca pela retomada do espaço político perdido. E, neste sentido, não podemos deixar de pensar que, além de ter sido um combate contra o poder ditatorial, foi também uma luta para a conquista deste poder no campo político da negociação.

Seria, contudo, o consenso estruturado e construído apenas através de regras, argumentação e racionalidade? Ora, partindo do princípio de que o consenso nasce da compreensão do outro, ou seja, de uma comunicação entre subjetividades, mais do que palavras, na esfera pública compartilham-se emoções. Não há, então, explicações puramente racionais. Ainda que haja um discurso e ações racionais, em que a negociação é fundamental para o alcance dos objetivos, há uma dimensão que é *afetiva*, que incorpora os desejos individuais e coletivos, desejos de situações que foram suprimidas pela ditadura, que formam relações que são específicas destes grupos e que aparecem tanto nas ações do MFPA quanto nas dos CBA.

Há dor, ódio, ressentimento, paixão e desejo, afetividades que são componentes fundamentais desta luta. O ódio, por exemplo, a uma restrição criada por um governo ditatorial, de ver um amigo ou parente preso, o ressentimento causado por isso, o medo se repro-

duzem e se manifestam em várias situações. Concordamos com Pierre Ansart: “as paixões são verdadeiras forças, dinâmicas, criadoras de múltiplas ações e destruições”.¹⁸ Há uma verdadeira dialética das paixões: as hostilidades se reforçam mutuamente e conduzem, no caso do nosso objeto, a um combate contra o poder instituído. Diz Ansart: “se há no povo um desejo demasiado de liberdade é porque há na elite um desejo demasiado de mandar”.¹⁹ Nos grupos que lutaram pela anistia, encontramos a reunião de descontentes com um governo ditatorial que compartilharam suas emoções num espaço próprio criado (ou retomado) por eles para a expressão de falas e elaboração de ações vigorosas e apaixonadas; contemplou, por isso, a dimensão racional e afetiva num só objetivo:

(...) ainda ali na primavera de 1974 nossa perspectiva limitava-se à denúncia da tortura, à denúncia da repressão econômica, à apresentação dos índices de acidente de trabalho, enfim, à apresentação do quadro geral de uma ditadura militar de direita. Faltava uma palavra que sintetizasse todas as aspirações da luta, num determinado momento, uma palavra que fosse aquilo que as pessoas chamam, de forma empolada, o centro tático. Aquilo para onde iam convergir os pedidos e o apoio internacionais.

Não conheço em todo o período de militância na denúncia da ditadura brasileira no Exterior nenhuma palavra de ordem que tenha nos unido tanto quanto a anistia.²⁰

Para Fernando Gabeira, a palavra *anistia* foi aglutinadora de uma luta que se dirigia, principalmente, contra a ditadura e suas arbitrariedades. Ele, mesmo fora do país, articulou-se na campanha pela anistia num CBA com sede em Estocolmo, com várias outras pessoas que compartilharam suas afetividades no exílio:

Mesmo agonizando politicamente, eles ainda fazem o diabo, construindo esse muro entre os brasileiros. Pessoas da família morrem, amigos morrem e a gente tem de chorar na neve, sem poder confortar a mulher, os filhos, que também são nossos amigos. Quando soube da morte de Darwin Brandão andei feito barata tonta pelas ruas de Estocolmo, norte da Europa, nada a ver com o Brasil, onde um amigo estava descendo ao túmulo, descendo para o nunca mais. E isto é um caso meu. Pensem em escala de milhares de refugiados, de milhares de encontros que não mais se darão, nem com a anistia.²¹

O que lemos neste trecho é o sentimento da falta de poder confortar os amigos e parentes que estão sofrendo e a consciência de sua própria dor e ressentimento – um motor para a ação. Gabeira prossegue: “Anistia é a união. Unir os brasileiros já é um passo na luta contra a ditadura que desde 64 não busca outra coisa a não ser a nossa separação, seja pela morte, seja pela cadeia, seja pelo exílio ou mesmo pela desconfiança, o medo, a delação”.²²

Podemos pensar que a luta pela anistia também foi um movimento de união dessas pessoas que estavam sendo prejudicadas pela ditadura e que encontravam em seus pares

alguém para compartilhar e que compreendesse sua fala. Podemos analisar o movimento pela anistia como resultado de pensamentos e desejos individuais e/ou coletivos, mas planejados sob um mesmo e específico valor, a política vivenciada por cada indivíduo ou cada grupo, que superou as diferenças entre seus atores. Onde situar, então, os discursos apaixonados, as ações corajosas e tantas imagens, falas, textos que refletem o envolvimento afetivo dos atores com o movimento, e mais, que revelam desejos, vontades, esperanças, sentimentos? Segundo Hannah Arendt,²³ uma das características da condição humana é o desejo/vontade; então, esses desejos e essas vontades expressos na peleja do movimento pela anistia existem como resultado de quê? De desejo de liberdade? De justiça? Para Pierre Ansart, se os desejos são universais e caracterizam a condição humana, eles vestem as formas e suas várias orientações, de acordo com a estrutura das organizações do Estado.²⁴ Então, se houve falta de justiça e liberdade, esses valores podem ser considerados aglutinadores da luta pela anistia?

Todas as atrocidades denunciadas com violência possuem certa unidade afetiva de ódio e revolta. Para Pierre Ansart, essas manifestações também induzem a uma dialética de “ameaças e medos, favorável à escalada das agressividades”.²⁵ Se não significam ameaças reais de perigo, pelo menos durante a ditadura eram usados como desculpa para o endurecimento: mais cassações, exílios, prisões, torturas, mortes.

Os valores que possibilitaram a especificidade da luta pela anistia, que, juntos, podem ser contraditórios e ambíguos, pertencem a variadas heranças e são – porque saídas de grupos de convivência (com ligações interpessoais que estabelecem a relação do indivíduo para o coletivo) – interiorizados, vividos e postos em jogo na forma de afetividades. A afetividade política não pode ser apreendida como algo somente de indivíduos: ela resulta do contato pessoal com os fenômenos sociais. Assim, reveste de sensibilidade os valores coletivos, contribui para a formação e a evolução da orientação ética (fundada em noções de bem e mal). Estas orientações permitem que os indivíduos e/ou grupos definam seus objetivos e estratégias e os compartilhem.

O que os unia? O inexorável processo de democratização, sim, mas, ainda, os fatos do passado e do presente: o vínculo social era, também, garantido pelos sentimentos individuais e coletivos de busca pela liberdade, pela justiça, além do sentimento de solidariedade – tanto as pessoas presas, cassadas, exiladas quanto seus familiares viviam sentimentos similares que os levavam à luta pela anistia. Neste sentido, podemos concordar com Hannah Arendt, pensando que a vontade de liberdade, de justiça, foi o “motor da ação” ou, como diria Kant (e a autora subscreve), “o poder de começar espontaneamente uma série de coisas”;²⁶ então, para delinear como funciona essa aptidão para “mudar o mundo”, a autora questiona: “Que experiências fizeram com que os homens se tornassem conscientes

do fato de que eram capazes de formar desejos?”.²⁷ Esta questão (que a encaminhou para uma genealogia das teorias da vontade) sugere, para nossa pesquisa, pensar nas experiências que nossos personagens vivenciaram, que os impulsionaram à ação: formar grupos que lutassem pela anistia.

Ao mesmo tempo em que o movimento foi político, ele tinha o envolvimento pessoal de quem estava naquela luta, porque, quando você se dedica a uma causa, você estará pessoalmente implicada; mas quando você se dedica a uma causa porque você está pessoalmente implicada, a sua dedicação é mais determinada, concentrada, você reúne toda a sua energia emocional e passa dia e noite a só pensar naquilo.²⁸

Nessa declaração de Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes, e também nas demais fontes analisadas, percebemos que o movimento pela anistia foi uma luta carregada de afetividades, e é buscando resgatar e analisar os ódios, as angústias, os sofrimentos e as paixões deste movimento – e respondendo às questões levantadas durante a elaboração dessas questões iniciais – que pretendemos realizar esta pesquisa. Trata-se da chegada à esfera pública e política de um novo aspecto: a dimensão afetiva. Como percebemos, os grupos que lutaram pela anistia não consistiram, apenas, de um pretensão racionalismo político e jurídico, já que o afetivo permeia fortemente todas as instâncias sociais, principalmente a política – porque acreditamos que a cada ação política corresponde uma paixão, que confere vida e movimento ao que, sem ela, não passaria de uma estrutura inerte.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Este texto foi elaborado a partir de reflexões resultantes da apresentação no Grupo de Trabalho “A Ditadura em Questão”, na XII Semana da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP (16 a 20 de agosto de 2004); e da apresentação no Seminário Temático “É ainda possível falar-se em felicidade pública? Emoções e ausências de emoções na política”, no XVII Encontro Regional de História – Anpuh (6 a 10 de setembro de 2004, Unicamp).

**Andressa Maria Villar Ramos é doutoranda em história social pela PUC-SP.

¹ Ver: LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991; TELLES, V. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, v. 2, n. 1, pp. 23-48, 1990.

² HABERMAS, J. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Massachusetts, MIT Press, 1996.

³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

⁴ GREENHALGH, Luís Eduardo. Depoimento a Rita Freire. *Revista Adusp*, out. 1999, p. 80.

⁵ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo, Ed. 34, 1996.

⁶ Id., *ibid.*, p. 42.

⁷ TELES, Maria Amélia de Almeida. Depoimento concedido ao especial, sobre os 20 anos da anistia, elaborado pela Fundação Perseu Abramo.

⁸ GREENHALGH, op. cit.

⁹ GREENHALGH, Luís Eduardo. Discurso proferido em 23 ago. 1999, por ocasião do ato público em homenagem aos 20 anos da anistia, no auditório do Tuca, PUC-SP.

¹⁰ ZERBINI, Therezinha. *Anistia: semente de liberdade*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 251.

¹¹ Como um grupo de mulheres de Londrina-PR, engajadas nas lutas feministas em torno do jornal *Brasil Mulher*, que no início o MFPA apoiou, mas com que rompeu logo em seguida, fundando seu próprio jornal, o *Maria Quitéria*. Zerbin: “Ainda fiquei dentro dessa sociedade e marchamos juntas por algum tempo (...) mas depois queriam fazer um jornal feminista, (...) sem nenhum vínculo com o nosso movimento”. *Ibid.*, p. 24.

¹² SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Companhia das Letras, 2003, p. 93.

¹³ O MFPA realizou conferências em locais como a Associação Brasileira de Imprensa (1975); Câmaras Municipais (Porto Alegre e São Paulo em 1975, São Paulo em 1977, Goiânia em 1978, Campinas em 1979); Câmara dos Deputados em Florianópolis, em 1977; no Museu de Arte e na Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1976.

¹⁴ Neste ano, com forte influência do crescente movimento feminista na Europa no início dos anos 70, nasceu o movimento feminista no Brasil. No entanto, o MFPA não foi um movimento feminista, ao contrário, usava a imagem da mulher para legitimar a luta pela anistia e, nesse sentido – o uso da imagem da mulher – poderia ser considerado até como de inspiração machista. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1982, p. 79.

¹⁵ UUGER, Edyla Mangabeira. Manifesto impresso do MFPA, jul. 1979. In: *Documentário organizado do Pres. da Comissão Mista do Congresso*, p. 403.

¹⁶ ZERBINI, Therezinha. Depoimento a Andressa M. Villar Ramos. São Paulo, 25 set. 2001.

¹⁷ Só no estado de São Paulo houve 15 CBA, com Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes como coordenadora: Santos, São José dos Campos, Campinas, Piracicaba, Limeira, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru, ABC, Assis, Osasco, Itapira, Jacaré, Mogi das Cruzes e Guaratinguetá. Exemplos de CBA no exterior são: Estocolmo, Gotemburgo e Lund-Malmö, na Suécia; Genebra e Lausanne, na Suíça; Itália, Noruega, Dinamarca, Holanda, Londres – Inglaterra, Paris – França, Berlim e Colônia – Alemanha, Lisboa – Portugal.

¹⁸ ANSART, Pierre. *Los clínicos de las pasiones políticas*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1997, p. 96. Tradução livre.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 100.

²⁰ GABEIRA, Fernando Nagle. *Carta sobre a anistia; A entrevista no Pasquim; Conversação sobre 1968*. Rio de Janeiro, Codecri, 1979, pp. 10-11.

²¹ Id., *ibid.*, p. 18.

²² Id., *ibid.*, p. 19.

²³ ARENDT, op. cit.

²⁴ ANSART, Pierre. Connaissance des passions politiques. Platon, Machiavel, Tocqueville. *Les Cahiers de Psychologie politique*. n° 00, jan. 2002. Tradução livre.

²⁵ Id., *ibid.*

²⁶ ARENDT, op. cit. , p. 14.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 63

²⁸ ARANTES, Maria Auxiliadora Almeida Cunha. Depoimento a Andressa M. Villar Ramos. São Paulo, 8 set. 1999.